

MERCADO DE TRABALHO

Juro freia emprego formal

Balanço do Ministério do Trabalho mostra ritmo mais lento na geração de vagas celetistas no ano passado

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» PEDRO JOSÉ*

Mesmo com a criação de 1,28 milhão de vagas de emprego com carteira assinada no ano passado, 2025 foi o ano em que menos vagas de trabalho formais foram criadas desde 2020, ano de pandemia de covid-19. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2025, apresentados ontem, também mostraram uma queda de 23% em relação à geração de emprego em 2024, quando o país abriu cerca de 1,6 milhão de postos com carteira assinada.

Perguntado por jornalistas sobre os resultados, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, vinculou o fato menos ao tarifaço de 50% nas exportações brasileiras para os Estados Unidos, por ordem do presidente Donald Trump, e mais à manutenção por muitos meses da taxa básica de juros (Selic) em 15%. Segundo Marinho, os juros altos fizeram mais mal à geração de empregos do que a sobretaxa norte-americana. “O tarifaço impactou, claro, mas o impacto dos juros foi maior que o do tarifaço. Do ponto de vista global da indústria, o efeito dos juros é mais danoso”, explicou.

Segundo Luiz Marinho, os efeitos do tarifaço tiveram mais repercussão em setores específicos da economia, como a produção de calçados e madeira. Ele ainda apontou que medidas de abertura de mercados e planos de apoio aos empresários atingidos pela política trumpista contribuíram para a contenção dos impactos sobre o mercado de trabalho.

Entre os estados, São Paulo liderou a geração de vagas no ano, com saldo de 311,2 mil postos formais, crescimento de 2,17%. Em seguida, aparecem Rio de Janeiro, com 100,9 mil vagas (2,60%); e Bahia, com 94,3 mil (4,41%). As maiores variações proporcionais foram registradas no Amapá (8,41%); na Paraíba (6,03%); e no Piauí (5,81%). O setor de serviços concentrou o



O comércio e o setor de serviços impulsionaram a abertura de empregos formais no país em 2025

maior saldo positivo, com 758,3 mil vagas (3,29%), impulsionado, principalmente, por atividades de informação, comunicação e serviços financeiros, imobiliários, profissionais e administrativos, que criaram 318,4 mil postos. A área de administração pública, defesa, educação, saúde e serviços sociais respondeu por 194,9 mil novas vagas.

O comércio abriu 247 mil postos formais (2,3%), enquanto a indústria criou 144 mil vagas (1,6%), com destaque para a fabricação de produtos alimentícios (49 mil) e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (17 mil). A construção registrou saldo positivo de 87,8 mil vagas (3,1%), e a agropecuária, com 41,8 mil postos (2,3%).

Dezembro negativo

Apesar do resultado anual positivo, dezembro apresentou retração no emprego formal. O saldo do mês foi negativo em 618,1 mil postos, o que reduziu o desemprego acumulado do ano. A variação mensal foi de -1,26%, dentro do padrão histórico do período. As perdas ocorreram em todos os setores, com destaque para serviços (-280,8 mil), indústria (-135 mil), construção (-104 mil), comércio (-54,3 mil) e agropecuária (-43,8 mil).

O ministro do Trabalho cobrou do Congresso Nacional que seja votada a lei complementar que regulamenta o trabalho de entregadores e motoristas de aplicativos. O tema, tido como crucial para o

governo, é debatido em um grupo de trabalho com propostas de aprimoramento da relação entre os trabalhadores e as plataformas de aplicativos. “A gente espera um Congresso mais produtivo. Temos pouco tempo neste ano. O que o presidente (da Câmara) Hugo Motta se comprometeu foi de pautar o PL dos Aplicativos. É um compromisso dele”, afirmou Luiz Marinho.

O ministro — que participa do grupo de trabalho que reúne mais quatro ministérios, associações de trabalhadores de aplicativo, e de empresas de transporte e entrega por aplicativo — também elogiou a relatoria do tema ter ficado com o deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos/CE). O relatório do parlamentar, para Marinho,



O tarifaço impactou, claro, mas o impacto dos juros foi maior que o do tarifaço. Do ponto de vista global da indústria, o efeito dos juros é mais danoso”

Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego

foi “bastante equilibrado”. O parecer do grupo de trabalho deve ser apresentado, hoje, à Câmara.

“O mais importante é que o Congresso tenha consciência da necessidade de votar o relatório. O pior dos mundos é continuar do jeito que está, com insegurança jurídica que persiste na sociedade das relações entre trabalhadores e empregadores”, acrescentou o ministro.

Escala 6x1

O ministro Marinho também defendeu celeridade na votação do fim da escala de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho para um de folga remunerada), tema que perpassa questões trabalhistas ao abranger, sobretudo, a saúde do trabalhador. “Trabalhar seis dias na semana e ter apenas um de folga é muito pouco para os afazeres da família, do processo educacional, do lazer, do descanso físico e mental”, pontuou. Para ele, a discussão também provocará reações dos empresários.

“Hoje, trabalhamos 44 horas semanais, e eu sei que o empresariado resiste. É natural que resista, cada um olha a partir da cadeira que senta, onde o pé pisa. O que não é natural é (que esse tema) continue sem ser tratado”, avaliou o ministro.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria

TESOURO NACIONAL

Com deficit, governo cumpre meta fiscal em 2025

» RAPHAEL PATI

O deficit das contas do governo atingiu R\$ 61,7 bilhões no ano passado — maior do que o registrado em 2025, quando fechou em R\$ 42,9 bilhões. Os dados foram divulgados, na manhã de ontem, pelo Tesouro Nacional e apresentados em coletiva de imprensa pelo secretário do órgão, Rogério Ceron. No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o resultado do ano passado só não foi pior do que o de 2023, quando, descontada a inflação, o deficit chegou a R\$ 250 bilhões.

O resultado negativo veio por meio da junção de um superávit de R\$ 255,5 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e de um deficit de R\$ 317,2 bilhões por meio do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Em termos reais, a receita líquida avançou 2,8% no ano, ou R\$ 64,3 bilhões, ao passo que as despesas cresceram 3,4%, ou R\$ 79,1 bilhões.

De acordo com os dados do Tesouro, o crescimento de R\$ 41,4 bilhões das despesas com a Previdência, além de 10,8 bilhões com os Benefícios de Prestação Continuada (BCP) impactaram de maneira mais forte o resultado negativo do ano passado. Os dois foram influenciados pelo aumento do número de beneficiários e pela política de reajuste do salário mínimo, além da rubrica Pessoal e Encargos Sociais, que cresceu R\$ 16,9 bilhões, em virtude, sobretudo, de reajustes concedidos a servidores públicos.

Além disso, os aumentos registrados no item de benefícios previdenciários e pessoal também foram influenciados pelos

pagamentos de precatórios, como destaca o Tesouro Nacional, visto que alguns precatórios excedentes, referentes, ainda, ao exercício de 2024, foram pagos em dezembro do ano anterior. Também houve incremento das despesas discricionárias do Poder Executivo em R\$ 11,9 bilhões e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em R\$ 10 bilhões.

Por outro lado, em 2024, as ações de enfrentamento à calamidade no Rio Grande do Sul representaram uma grande parcela dos créditos extraordinários, que, por sua vez, se reduziram em R\$ 20,7 bilhões no ano passado. Somado a isso, também houve queda de R\$ 5,3 bilhões dos recursos empenhados para o financiamento de campanha eleitoral, pois, no ano anterior, houve eleições municipais em quase todo o país.

Pelo lado da receita, o Tesouro cita o aumento de 4,8% das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil que, em termos nominais, cresceu R\$ 86,8 bilhões no ano passado; e de 5,4% da arrecadação líquida para a Previdência, com aumento de R\$ 37 bilhões. Com relação às receitas administradas pela Receita, os principais destaques foram o aumento de R\$ 43,6 bilhões nas contribuições com o Imposto de Renda, além dos rendimentos do trabalho (+R\$ 20,0 bilhões), do capital (+R\$ 9,7 bilhões) e dos residentes no exterior (+R\$ 8,2 bilhões).

Superávit possível

O secretário do Tesouro acredita ser possível atingir um

Diogo Zacarias/MF



“Para este ano, tiradas as exclusões, o objetivo é gerar um superávit primário”, disse o secretário Rogério Ceron

superávit neste ano e afirmou que o governo já adota medidas desde o ano passado para cumprir esse objetivo, como a redução de benefícios tributários que devem gerar um efeito relevante em 2026. Neste ano, há despesas que foram excluídas das contas do governo para atingir o cumprimento da meta fiscal, como R\$ 57,8 bilhões referentes a precatórios, além de outros recursos da ordem de R\$ 5 bilhões em defesa, saúde e educação. “Para este ano, tiradas as exclusões, o grande objetivo é gerar um superávit

primário. E a gente tem que preparar 2027, que terá alguns fatores positivos para o resultado fiscal. Então o crescimento natural das receitas decorrentes do crescimento econômico não fica sendo totalmente consumido com esse tipo de dinâmica”, acrescentou o secretário.

Apesar de o governo ter cumprido oficialmente a meta, a Instituição Fiscal Independente (IFI) acredita que não houve, necessariamente, um esforço eficaz da parte do Executivo, e cita a utilização de despesas das regras fiscais

e de receitas não recorrentes para alcançar os objetivos. “A dinâmica das variáveis fiscais continua a impor cautela em relação ao cumprimento da meta fixada nas diretrizes orçamentárias nos próximos anos. Isso porque a meta foi formalmente cumprida em 2024 e 2025 com a utilização de abatimentos de despesas das normas fiscais e de recolhimentos de receitas não recorrentes, o que não caracteriza, necessariamente, um esforço fiscal”, analisou o IFI no Relatório de acompanhamento fiscal (RAF) de janeiro.

MINAS GERAIS

Vale recebe multa de R\$ 1,7 mi por vazamentos

» QUÉREN HAPUQUE*

O governo de Minas Gerais confirmou, ontem, o vazamento de cerca de 262 mil m³ de água misturada a sedimentos (equivalente a 105 piscinas olímpicas), após o rompimento de estruturas de contenção em empreendimentos da mineradora Vale em Ouro Preto e Congonhas, provocando o assoreamento dos canais de drenagem e de contenção e a elevação expressiva da turbidez, tornando os cursos d’água temporariamente impróprios para uso. Os vazamentos foram identificados no último domingo. A Vale foi multada em aproximadamente R\$ 1,7 milhão por poluição ambiental.

Na mina de Fábrica, em Ouro Preto, o rompimento de uma leira de contenção (sulco escavado no solo) associada à cava 18, que armazena rejeitos, aconteceu ainda de madrugada. A água acumulada na cava, misturada a sedimentos, escoou pela linha de drenagem, ultrapassou um primeiro sump (reservatório temporário de contenção), que não suportou o volume, e seguiu em direção a áreas operacionais e a um curso d’água da região.

Na mina de Viga, em Congonhas, o deslocamento de um talude artificial e o escorregamento de um talude natural mobilizaram grande volume de material, que atingiu 22 estruturas de contenção ambiental (sumps) ao longo de uma mesma linha de drenagem. Todas ficaram assoreadas, comprometendo temporariamente sua função de retenção. Em alguns trechos, a turbidez da água chegou a ultrapassar em até 30 vezes os limites previstos em norma ambiental, ampliando o risco de impactos à fauna aquática e aos usos múltiplos da água.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) determinou a suspensão cautelar da deposição de rejeitos na cava 18, em Ouro Preto, e a paralisação total das atividades da mina de Viga, em Congonhas, mantendo apenas ações de controle ambiental.

Até quarta-feira passada, quatro sumps haviam sido desassoreados com uso de máquinas de grande porte, e a empresa iniciou a aplicação de material floclulante para reduzir a dispersão dos sedimentos. Monitoramentos iniciais indicaram melhora gradual da qualidade da água em alguns pontos.

Recuperação

Segundo a Semad, os impactos ambientais estão, até o momento, restritos à alteração da turbidez de cursos d’água, incluindo afluentes do Rio Maranhão, que deságua no Rio Paraopeba — que não foi impactado. O diretor de Segurança de Barragens da Defesa Civil estadual, tenente Rogério Silva, assegurou que nenhuma barragem foi atingida. “A população pode ficar tranquila em relação às barragens, que seguem monitoradas 24 horas por dia”, disse. O governo mineiro informou que a Vale será responsabilizada integralmente pela recuperação das áreas afetadas e deverá apresentar os planos técnicos exigidos para a recomposição ambiental e prevenção de novos episódios.

A Vale atribuiu os problemas, justamente, às chuvas intensas da última semana na região. A mineradora terá dois dias para executar medidas emergenciais, 10 dias para apresentar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) e, no caso da mina de Viga, 60 dias para entregar um plano geral de todo o empreendimento.

*Estagiária sob a supervisão de Ellen Cristie